

# Introdução

## De limites, fronteiras e construções mútuas

MANUELA CUNHA e LUÍS CUNHA

A ideia de fronteira, entendida na sua forte polissemia, tanto se nos tem oferecido como objecto de estudo, como tem constituído um importante instrumento de análise, reporte-se ela a países ou territórios, contextos ou grupos, categorias ou ideias. Inclui, bem entendido, o sentido mais imediato de linha de demarcação entre Estados e, por extensão, entre sinais de pertença, mas tem-se desmultiplicado noutros sentidos ainda, aos quais corresponde, também, uma diversificação de níveis de análise. Na medida em que enfatiza os factores de distinção e de contacto, a noção de fronteira não deixa de evocar, ao mesmo tempo, dinâmicas de interacção social, sejam elas consideradas numa perspectiva diacrónica ou sincrónica.

Tomamos aqui a fronteira como nó de confluência e possibilidade de integração de uma grande variedade de conteúdos etnográficos. O título deste volume coloca a ênfase na ideia de *intersecção*, à qual se associam três outros conceitos chave: os de *margem*, *passagem* e *fronteira*. Tal como as conotações da noção de *fronteira* não se esgotam na dimensão administrativa e política, também as noções de *margem* e de *passagem*, podendo embora ver-lhes associadas ideias como as de centro, de periferia, de movimento entre territórios adjacentes, por exemplo, transcendem a contingência espacial com que podem à partida ser identificadas. A partir da combinação de duas linhas que correm, na aparência, em sentido diferente, mais do que definir um conteúdo procurámos balizar uma proposta de debate que pudesse constituir um verdadeiro espaço de *intersecção* entre investigadores trabalhando do lado de cá e de lá da fronteira entre Portugal e Espanha.

Que potencialidades conserva ainda, nos dias de hoje, a noção de fronteira nas suas diferentes acepções? Quais os avatares contemporâneos de fronteiras espaciais, naturais, políticas ou simbólicas? Como se conjuga no presente esta noção com as categorias de margem, centro e periferia? Como dão estas categorias a ver as intersecções? Qual a valia heurística de todas elas face a outras

ainda como complementaridade e paridade, as quais sugerem outros modelos de análise de uma interacção? Estas foram as linhas organizadoras da discussão que teve lugar na quarta edição dos Encontros Ibéricos de Antropólogos, decorrida entre 4 e 8 de Setembro de 2007 em Ponte de Lima<sup>1</sup>. Este volume prolonga e resulta do afinamento dessa discussão, a qual beneficiou também dos comentários dos relatores das sessões: Enrique Luque, Maria Cátedra, Ana Isabel Afonso e António Medeiros. Abarcando uma grande variedade de temas e contextos, a presente publicação procura agora dispô-los por forma a que melhor possam emergir as linhas de força que os convidam a dialogar entre si.

É da fronteira na sua acepção mais imediata, a territorial e política, que tratam os textos de Luís Cunha, Paula Godinho e Humberto Martins. Considerada no contexto que nos é mais próximo, o que faz confinar como vizinhos Portugal e Espanha, todos eles se propõem interrogá-la num cruzamento de escalas, da nacional à local, e à luz de um tempo histórico que inclui tanto as representações cartográficas, como a memória colectiva e a experiência subjectiva de acontecimentos marcantes que configuram esta memória ou reactivam, de maneira variável, aquela mesma fronteira.

Ana Rita Moreira e Rita Faria alargam estes limites geográficos e tomam agora a Península enquanto entidade periférica na Europa e dobradiça entre dois continentes, introduzindo um terceiro elemento de alteridade no jogo de definição de identidades num contexto internacional. A primeira analisa o modo como o passado árabe e islâmico é convocado na historiografia portuguesa novecentista e se intercepta de maneira complexa e original com o discurso que esta constrói sobre a nação; a segunda debruça-se sobre os circuitos migratórios transnacionais de marroquinos e o modo como Portugal, Espanha e Marrocos figuram neles, bem como sobre os sentidos mais ou menos ambíguos de uma *borderland* entre Faro e Huelva que é cruzada todos os dias e, nalguns aspectos, subvertida por redes sociais transfronteiriças de reciprocidade. Mas por muito porosas que sejam aqui as fronteiras geopolíticas, de

<sup>1</sup> Realizado nas instalações da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana, o IV Encontro Ibérico de Antropólogos procurou consolidar um esforço que vinha detrás, desde a primeira edição destas reuniões bienais: o de estreitar laços entre investigadores separados por uma linha de fronteira, mas unidos por interesses comuns. Além de ter já fomentado colaborações em vários projectos, esta troca continuada de experiências de investigação na Antropologia desenvolvida em Portugal e Espanha traduziu-se até à data nas seguintes publicações: 1) Cátedra, María (org.), 2001, *La Mirada Cruzada en la Península Ibérica*, Madrid, Catarata, 308 pp. 2) Freitas Branco, Jorge; Afonso, Ana Isabel (orgs.), 2003, *Retóricas sem Fronteiras. Vol. I, Mobilidades*, Oeiras, Celta, 173 pp. 3) Freitas Branco, Jorge; Afonso, Ana Isabel (orgs.), 2003, *Retóricas sem Fronteiras. Vol. II, Violências*, Oeiras, Celta. 4) Uribe, José Maria (org.), 2007, *Enclave Ibérica: Vecinos, caminos, y mudanzas culturales*, Pamplona, Universidad Pública de Navarra.

certa forma quase que invisíveis nestes trajectos quotidianos, elas reemergem alhures como fronteiras internas, nas modalidades de integração interna destes migrantes. Tendo por contexto um território mais longínquo submetido duradouramente à autoridade colonial portuguesa e partindo do facto histórico dos efeitos dessa dominação na estrutura cerimonial de um templo goês, são também internas as fronteiras entre grupos analisadas por Manuel João Magalhães. Questionando o princípio da homologia entre “sistema” de castas e panteão hindu, e pondo em evidência a fluidez e a mutabilidade da relação entre categorias sociais, dadas aqui como categorias configuradas a cada passo pela história, esta análise encontra-se em linha com estudos recentes questionando o modelo explicativo das relações hierárquicas entre castas que permeou uma longa tradição indianista.

Um terceiro conjunto de trabalhos trata de práticas de produção e representação da cultura ou da natureza em diversos âmbitos – no turismo, em museus, em processos de patrimonialização de objectos e espaços ou ainda na certificação de artesanato – e do modo como instituições, agentes locais e não locais estão implicados nelas. Esses processos põem em jogo fronteiras de vária ordem, desde as que segmentam internamente o universo de uma instituição e induzem culturas profissionais diferenciadas (ver a análise do *campus* do Instituto Superior Técnico proposta por Jorge Freitas Branco e Miriam Barros), àquelas que se encontram em correspondência com a afirmação e celebração de identidades locais a que a proliferação de pequenos museus, examinada neste volume por João Alpuim, veio fornecer um ponto de apoio; são também invocadas fronteiras que reflectem, a um outro nível, o poder do Estado-nação para definir a cultura e omitir ou silenciar clivagens internas, como argumenta Ascensión Barañano a propósito de algumas facetas de museus de antropologia; tal não impede porém que essas mesmas definições emanadas do Estado sejam subvertidas ou destituídas de sentido na prática dos agentes sociais, como na questão de certificabilidade de uma produção artesanal analisada por Jean-Yves Durand.

A implicação concreta dos agentes e a atenção às práticas na configuração das realidades estudadas – quando não mesmo à configuração das categorias utilizadas para descrever estas realidades – é ainda central nos textos de Joan Frigolé e de Matilde Córdoba Azcárate. Incidindo em ambos os casos sobre contextos fortemente marcados pelo turismo, esta abordagem é capaz de revelar os limites de análises estáticas induzidas por categorias como “margem”, “centro” e “periferia”, ou por dicotomias rígidas como “local-global”.

Reencontramos esta mesma perspectiva no conjunto seguinte de textos, onde se trata de fronteiras sócio-morais, institucionais e políticas. Enquanto Irene Sabaté confronta as diferentes moralidades em jogo, e por vezes em choque, nas vias de acesso à habitação no contexto de um bairro de Berlim pós-reunificação, Jaume Franquesa dá conta de dinâmicas de construção social das fronteiras de um bairro no centro histórico de uma cidade espanhola. Neste caso, em lugar de uma unidade social e analítica dada de uma vez por todas, os limites espaciais do bairro não são fixos mas variáveis, redefinindo-se constantemente em função das diferentes estratégias dos grupos que o habitam, incluindo a negociação de alguns dos estigmas que o afectam. Reportando-se embora a um tema e a um terreno bastante diverso deste – o do trabalho nas minas asturianas e os mineiros em situação de pré-reforma –, José Luis García sublinha precisamente a este propósito a importância de atender a processos e contextos. Contrariando as teorizações clássicas sobre o estigma, García mostra que este não é decomponível em atributos objectivos e propriedades fixas que ocasionariam, invariavelmente, as mesmas classificações em todo o lado e em todas as épocas. Trata-se de uma categorização cujo significado social é em vez disso contextual e deve ser apurado a partir das fronteiras das contaminações que gera, seja em grupos, espaços ou comportamentos. A encerrar este conjunto de textos, os dois capítulos seguintes debruçam-se sobre *ethos* e modos de acção política, no sentido mais imediato do termo. Ainda que cartografando as mutações de uma formação política espanhola ao longo do tempo, porventura uma condição da sua persistência, Josepa Cucó i Giner analisa a transversalidade de um *ethos* que sobreviveu a várias épocas e permeia uma nebulosa de organizações, atravessando as fronteiras que as separam entre si. Já Susana Narotzky mostra como as linhas que delimitam as múltiplas instâncias do Estado – as fronteiras institucionais a diversas escalas, da municipal à europeia – produzem também sujeitos políticos distintos, com alcance, eco público e modos de acção díspares. Mais uma vez são processos, realidades na sua constituição histórica e dinâmica, aquilo que protagoniza estas abordagens, não realidades empíricas recortadas de antemão por categorias analíticas.

Virgínia Calado examina, de resto, nesta mesma perspectiva o conceito de “fronteira alimentar” quando utilizada para demarcar entre si sistemas de alimentação pensados globalmente como alternativos. Em vez de uma grelha de arrumação dos dados de terreno pré-definida, esta categoria torna-se ela própria, antes de mais, uma questão empírica, sendo a sua relevância e pertinência aquilo que se vê interrogado à luz desses mesmos dados. Este último

conjunto de textos mobiliza a noção de fronteira no âmbito temático do corpo, da doença e das práticas e políticas de saúde. Face à emergência de noções de imunidade personalizada que aparentam pôr em causa o princípio da vacinação universal, Manuela Ivone Cunha e Jean-Yves Durand argumentam acerca da necessidade de identificar o espectro de variação das práticas e das atitudes relativas à imunização de modo a compreender as transformações da aceitabilidade das vacinas em diferentes grupos, bem como aquilo que essas transformações revelam acerca das linhas de força das sociedades contemporâneas no que toca à percepção do risco, às relações com a ciência e o Estado. Por fim, José María Uribe pensa as relações entre saúde e imigração no quadro das instituições e serviços de saúde em Espanha e o modo como a diferença cultural imputada aos imigrantes intervém na redefinição das práticas e políticas de cuidados do Estado Providência. A relação dos imigrantes com a saúde vê-se neste quadro ser objecto de uma exotização cujo efeito é o de ampliar a distância e vincar a fronteira que os separam dos autóctones.